

JUIZ DE FORA ENTRE DOIS SÉCULOS

Almir de Oliveira

Quando se fundou a Faculdade de Direito de Juiz de Fora (1913), esta cidade era o principal centro econômico, social e cultural de Minas Gerais. Ostentava situação econômica de singular prosperidade, que se firmara na segunda metade do século XIX e lhe valera a elevação a sede de município em 1850 e à categoria de cidade em 1856. Em 1876, era feita comarca.

Até o final daquele século, tivera por principal suporte de sua economia a lavoura cafeeira, secundada pela pecuária. Era uma economia vigorosa, representada por fazendeiros que vieram a merecer do Imperador D. Pedro II distinções nobiliárquicas, indício seguro da importância de suas atividades e do prestígio que delas resultava perante a corte. O fenômeno era comum a outras cidades do vale do Paraíba do Sul, onde vicejavam grandes fazendas ao influxo do café, que levaram seus proprietários à baronia.

A riqueza desses “barões do café.. produziu o desenvolvimento da cidade.

Foi a importância dessa economia que inspirou Mariano Procópio Ferreira Lage a criar, sob os auspícios do Imperador, a Companhia União e Indústria com o objetivo de construir e explorar a excelente rodovia desse nome, que ligou Juiz de Fora a Petrópolis, e, pois, ao Rio de Janeiro, para onde escoava a maior parte da produção agropecuária da região e de onde subiam para as Minas Gerais os recursos necessários ao seu desenvolvimento econômico e social.

No plano de Mariano Procópio incluiu-se a vinda de apreciável contingente de agricultores e artífices alemães para o município, contratados diretamente pela Companhia na pátria de origem: os primeiros, para constituírem a Colônia Dom Pedro II, nas imediações da cidade; os segundos, para servirem na Companhia em diversas especialidades, desde a construção da estrada até a manutenção do serviço de transporte a que se propôs a empresa. Essa imigração quase triplicou, de pronto, a população local, como anotou Luiz José Stehling.¹

(1) Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães; edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979, págs. 161/163.

Mais tarde, em razão do vigor da economia da região, e ainda por iniciativa de Mariano Procópio, a Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil) estendeu seus trilhos até aqui, favorecendo ainda mais a comercialização dos produtos regionais e dando mais impulso ao progresso local.

O desenvolvimento do município era acelerado. A cidade de Juiz de Fora tornara-se o centro de convergência de toda a Zona da Mata de Minas Gerais, por onde se expandia a lavoura do café. Aqui se concentrara expressivo comércio atacadista, no qual se abasteciam os principais centros comerciais mineiros.

Ao comércio, seguiu-se a indústria. Em 1865, fundou-se a Fundação Kascher; em 1874, a Fábrica de Máquinas e a Fundação George Grande; em 1877, o Curtume Kranbeck; em 1878, a cervejaria José Weiss e a Fábrica de Móveis Corrêa & Corrêa; em 1886, a Torrefação de Café de Bernardino de Oliveira e a S.A. Henrique Surerus; em 1885, a Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, que empregaria, pela primeira vez, na cidade, a energia hidrelétrica para mover motores industriais.

Era o prelúdio de uma nova era. Em 1888, Bernardo Mascarenhas, homem de larga visão e espírito pioneiro, reuniu capitalistas locais e fundou com eles a Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas. Ao mesmo tempo, fundou a Companhia Mineira de Eletricidade, a primeira empresa, no gênero, na América do Sul, a utilizar a energia hidrelétrica para iluminação pública e particular, e para fornecimento à indústria de terceiros. Este fato estimulou o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora.

Novas indústrias surgiram: em 1889, a de panificação de Falci & Cia. e a Mecânica Mineira; em 1892, a Fábrica de Ladrilhos Pantaleone Arcuri; em 1894, a Cervejaria Dois Leões; em 1896, a Fiação e Tecelagem Meurer; em 1897, a Medeiros & Martins; em 1899, a Fábrica de Pregos São Nicolau; em 1900, a Empresa de Laticínios Brasil.

O comércio acompanhava a indústria na sua expansão. Tão expressivo era que, em 1897, fundava a Associação Comercial, a primeira do Estado, que reunia o quanto havia de mais representativo no mundo mercantil juiz-forano: atacadistas, que atendiam tanto aos varejistas locais quanto aos de toda a Zona da Mata mineira e outras localidades do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.²

Esse surto de progresso econômico fez surgirem o Banco Territorial e Mercantil em 1887, o Banco de Crédito Real em 1888 e o Banco

(2) Eram 118 armazéns de secos e molhados, 47 casas de fazendas e armarinhos, 11 farmácias, 9 ouriversarias, 15 lojas de calçados, 18 alfaiatarias, 4 frutarias, 22 bottequins, 7 açougues, 7 padarias, 7 charutarias, 17 hotéis, 11 hospedarias, 9 construtoras, 11 guarda-livros, 11 barbearias, 5 serralharias, 8 latoarias e funilarias, 8 fábricas de cerveja, 6 colégios, 21 médicos e 33 advogados. Para uma cidade de 30 mil habitantes, isso era notável.

Popular de Minas em 1891. O primeiro e o terceiro tiveram vida efêmera naquela época de aventuras financeiras, que resultaram no “encilhamento”. O segundo pertence hoje ao Estado de Minas Gerais.

Foi tão acelerado o progresso industrial da cidade, que, em três anos, se esgotara a produção de energia elétrica da Cia. Mineira de Eletricidade, obrigando-a a instalar mais um gerador, que lhe aumentou a capacidade de fornecimento. E, em 1896, a empresa era levada a aumentar novamente sua produção, para o que instalava nova usina. Em oito anos a potência da CME passava de 125 kw para 600 kw. Era um imperativo do progresso econômico da cidade, cujo parque industrial recebia novos estabelecimentos, que iam fazendo de Juiz de Fora um dos mais expressivos centros fabris do país.

Em 1895, Lindolfo Gomes dizia que Juiz de Fora era “incontestavelmente a mais bela, a mais industrial, a mais progressiva do rico e populoso Estado de Minas”, acrescentando: “é uma cidade essencialmente cosmopolita e caminha aceleradamente, progredindo, progredindo espantosamente”. O então jovem jornalista concluía: “E a fumarada das fábricas, o borborinho das ruas, o rodar ruidoso dos carros, a grita dos apregoadores enche-nos consoladoramente de animação e suaviza-nos as horas insípidas do trabalho”.³

Essa imagem se engrandeceria daí por diante, até o final da terceira década do século XX.

Esse pujante desenvolvimento econômico, de amplo lastro industrial, explica, sem dúvida, o fato de Juiz de Fora não ter sofrido o impacto negativo da abolição da escravatura, na mesma medida em que o sofreram outras cidades, que tinham por suporte a economia agrária movida pelo braço escravo, nas quais não se instalara a indústria com o trabalho assalariado. O nascimento da indústria juiz-forana precedera a crise da extinção do regime servil. Enquanto as fazendas se esvaziavam com a evasão dos negros libertados, as fábricas se enchiam para a formação do proletariado urbano. Esse brilhante progresso econômico haveria de ser o sustentáculo do desenvolvimento cultural da cidade. O século XIX encerrava-se com Juiz de Fora a mudar sua fisionomia econômica e social: os “barões do café” iam cedendo lugar aos “capitães de indústria”, enquanto o trabalhador assalariado substituíra o escravo.

O desenvolvimento industrial prosseguiria pelo século XX, com o advento de novos estabelecimentos: em 1903, a indústria gráfica de G. Hermann Erhardt; em 1905, a Fábrica de Calçados de José Setta; em 1906, a Cervejaria Germânica; em 1907, a Fábrica de Aniagem e Sacos e a Tecelagem de Malha Stiebler; em 1908, a Fábrica Santo Antônio; em 1909, a

(3) Em *Almanaque de Juiz de Fora*, 1896, p. 11.

Cia. de Laticínios Juiz de Fora e a Cia. Fiação e Tecelagem Morais Sarmiento; a Fábrica Mineira de Gesso Crê e a Fábrica de Laticínios J. R. Ladeira; em 1912, a Litografia e Estamparia Mineira e a Mecânica Central; em 1914, a Cia. Fabril de Juiz de Fora e a Cia. de Fiação e Tecelagem Santa Cruz.

Esse crescimento industrial constante, com suas projeções sobre outros setores econômico-sociais, estimulava o desenvolvimento demográfico e exigiu da Cia. Mineira de Eletricidade a ampliação de sua capacidade de produção. “Pressentindo para breve o esgotamento total da Usina 1 dos Marmelos, logo em 1911 — escreve o Prof. Henrique J. Hargreaves — projetou-se novo aproveitamento da referida corredeira, ou seja a Usina 2 dos Marmelos, que contaria com quatro geradores trifásicos de 600 kw cada um, isto é, um aumento correspondente a duas vezes a potência instalada até 1910. Quatro anos depois (1915) entraram em funcionamento das duas primeiras unidades do grupo”⁴ As exigências do desenvolvimento prosseguiram, de tal sorte que, “terminada a construção da Usina 2 dos Marmelos, atacaram-se os estudos para a instalação da Usina 3 da Paciência, que deveria produzir um aumento de mais de 2.700 kw, por meio de dois grupos geradores de 1.300 kw cada um”.⁵

Juiz de Fora era o que hoje se denomina um polo de desenvolvimento. Estava ligada a um grande número de localidades de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo por estradas de ferro e de rodagem. É Albino Esteves quem informa: “O município está em comunicação rápida e perfeita com todos os Estados da União, capitais de Minas, da República, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dispondo para esse fim de estradas de ferro e de rodagem e trechos de rios navegáveis.”⁶ As ferrovias eram a Leopoldina Railway, a Central do Brasil, a Rio das Flores e a Juiz de Fora-Lima Duarte, em parte inaugurada ao tempo dessa informação. As rodovias eram várias, pela Zona da Mata e tinham como principal a **União e Indústria**. Com tais recursos, para Juiz de Fora convergem interesses não só econômicos, mas de toda ordem, enquanto sua rede escolar atraía pessoas de toda parte. Desenvolvia-se aqui uma população otimista e dinâmica.

O século XIX ia pela metade, quando o Barão de Bertioga — o fazendeiro José Antônio da Silva Pinto — fundou o primeiro teatro da então vila de Santo Antônio do Paraibuna, o Teatro da Misericórdia (1859). Tinha por finalidade imediata obter recursos para a manutenção da Santa Casa, também de sua fundação. Em 1867, os irmãos Carlos Otto e Antônio Amálio Halfeld fundaram o Teatro Perseverança, para substituir o da Misericórdia, que estava em decadência.

(4 e 5) **A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para a instalação de novas indústrias**, em “Rev. do Instituto Hist. e Geogr. de Juiz de Fora”, nº 6, 1971, p. 99.

(6) Em **Álbum do Município de Juiz de Fora**, 1915, p. 108.

Albino Esteves, o primeiro historiador do teatro juiz-forano, assinala que, desde 1874, a cidade era freqüentada por companhias teatrais de renome na Capital do Império, que tinham fácil acesso a Juiz de Fora pela Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Estrada União e Indústria, a rodovia que merecera elogios de ilustres viajantes estrangeiros, a partir de Agassiz. Procuravam-na empresários da categoria de Ismênia Santos, Ermete Novelli e Vicente Carbonell, atraídos “pela fama de opulência, progresso e cultura”, como assinala José Rangel em seu livro de memórias **Como o tempo passa...**⁷ Mais tarde, o Teatro Novelli, que teve esse nome em homenagem a Ermete Novelli, seria o palco onde representariam “os maiores artistas que vieram em certo período em excursão pelo Brasil, companhias de óperas, de operetas, de revistas, de comédia, de zarzuelas, nacionais e estrangeiras” — conta ainda José Rangel.⁸

O teatro ensejou “o aparecimento de uma literatura apreciável no gênero, da qual participavam poetas e prosadores aqui radicados e arrancaria aos cronistas e poetas locais homenagens vibrantes, e, às vezes, engraçadas às companhias, especialmente às atrizes, às quais dedicavam crônicas e versos, que eram, muitas vezes, expressão da corte que lhe faziam”.⁸ Era o modo de ser daquele fim de século. Dentre esses escritores, vale lembrar Oscar da Gama, Antônio da Costa Maia, Luiz de Oliveira, Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, Azevedo Júnior, José Rangel e Artur Pena.

A imprensa local surgiu na década de 70 do século passado com o semanário “O Imparcial”, editado pelo advogado Francisco de Assis Mendes Ribeiro, que o substituiu, seis meses depois, pelo “Constituinte”, defendendo idéias republicanas inspiradas na Convenção de Itu, de 1873. No ano seguinte, passou a circular aqui “O Pharol”, fundado em Paraíba do Sul por Thomaz Cameron, jornal de idéias liberais, cuja influência se exerceria por várias décadas em Minas Gerais.

A atividade jornalística em Juiz de Fora foi intensa. Nela participavam advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas, sacerdotes, professores e políticos, todos a desenvolverem na cidade significativa atividade cultural, enquanto participavam, quase todos, do magistério secundário e superior da cidade, onde os grêmios literários despertavam vocações que viriam a manifestar-se mais tarde no terreno das letras.

Em 1913, circulavam aqui cinco jornais diários: “O Pharol”, “Jornal do Commercio”, “Correio de Minas”, “Diário do Povo” e “Diário Mercantil”. Circulavam, ainda, o bissemanário “Lar Católico”, os mensais “O Lince”, “Revista Médica de Minas Gerais”, “Revista de Ensino Mineiro”, “Minas Espírita”, “O Inominável”, “O Sarilho”, “Marília” e “A

(7) Pág. 49.

(8) Almir de Oliveira — **Poetas e prosadores de Juiz de Fora**, 1950, págs. 11/12.

Miragem”; o semanário “Segunda-feira” e o anuário “Almanaque de Juiz de Fora”.⁹

Daqueles jornalistas, que acumulavam as atividades do jornal com outra profissão e o magistério, alguns vieram a compor os corpos docentes das duas primeiras escolas superiores da cidade — a de Farmácia e Odontologia e a de Direito. Alguns deles teriam projeção no Estado e fora dele, como Constantino Luiz Paletta, que foi deputado à Assembléia Constituinte de 1891; João Nogueira Penido (pai), que foi deputado estadual em 1881, 1885 e 1889 e deputado federal em 1894 e 1897; Luiz Arthur Detzi, que foi deputado federal em 1894 e 1897; Francisco Valadares, que foi deputado estadual em 1907 e 1911, chefe de polícia do Distrito Federal e deputado federal em 1921, 1924, 1927 e 1930; Francisco Augusto Pinto de Moura, que foi deputado estadual em 1915; Mário Matos, que foi deputado estadual em 1924, deputado federal em 1930, Secretário do Interior de Minas em 1933 e desembargador em 1938; João Luiz Alves, que foi deputado estadual de 1899 a 1902, deputado federal em 1918, secretário das finanças de Minas de 1918 a 1922, ministro da Justiça de 1922 a 1924, senador pelo Espírito Santo de 1908 a 1918 e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1925; João Nogueira Penido Filho, que foi deputado federal de 1900 a 1903 e de 1909 a 1930; e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que foi deputado estadual, senador estadual, deputado federal, secretário de Estado, ministro de Estado, senador federal, presidente do Estado de Minas Gerais, presidente da Assembléia Constituinte de 1933, uma das mais ricas vidas políticas de Minas Gerais; Albino Esteves, Belmiro Braga, Lindolfo Gomes e Gilberto de Alencar, que foram literatos de renome, como Heitor Guimarães, que recebeu o título de “Príncipe dos jornalistas mineiros”. Outros, embora não tivessem projeção para além dos limites municipais, aqui exerceram forte influência, como Eduardo de Menezes, médico, professor, literato, cientista, um dos maiores nomes da história local; Machado Sobrinho, João Massena, Estevam de Oliveira, Oswaldo Velloso, homens de letras e educadores; e Dilermando Cruz, poeta e jurista.

A essa elite cultural e política, que ainda aguarda seu historiador, juntaram-se intelectuais de fora, como, por exemplo, Sílvio Romero e Mário de Lima, que ilustraram a imprensa local. Foi essa elite que fundou, em 1909, nesta cidade, a Academia Mineira de Letras.

Advogados e médicos, farmacêuticos e dentistas, professores e jornalistas não tinham preocupações de ordem estritamente profissional. Interessava-lhes igualmente o desenvolvimento cultural de suas próprias categorias, assim como da comunidade em que viviam. Assim é que, em 1889, se fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia, com a finalidade de

(9) Almir de Oliveira — *A Imprensa em Juiz de Fora*, 1981.

“concorrer para o progresso das ciências supra indicadas (a Medicina e a Cirurgia) e para cultivo intelectual de seus membros”, assim como para “estudar as causas permanentes ou transitórias da insalubridade da cidade”. Era bem o espírito de Eduardo de Menezes, e suas preocupações, estampados no estatuto. Em 1893, fundou-se o Instituto Jurídico Mineiro como um centro de estudos do Direito “no seu mais amplo desenvolvimento, nas suas aplicações práticas e comparação com os diversos ramos da legislação estrangeira”, tal como dispunha seu estatuto. Era uma instituição pioneira no Estado, que se propunha, também, prestar assistência “aos miseráveis que sofrerem constrangimento ilegal ou estejam sujeitos a processo criminal”. O Instituto Jurídico Mineiro surgia em Juiz de Fora cinquenta anos depois do Instituto dos Advogados Brasileiros, fundado no Rio de Janeiro em 1843 com finalidades científicas. O mesmo espírito inspirou o de Juiz de Fora, que se acrescentou uma tarefa que a Ordem dos Advogados do Brasil, criada em 1930, haveria de atribuir aos seus filiados e sob sua jurisdição. Os advogados de Juiz de Fora preparavam o terreno para a organização, aqui, dos estudos jurídicos.

O ensino amanhecera com as primeiras formações urbanas. Antes de 1846, como assinala Paulino de Oliveira, “não há notícia da existência de escola primária, pública ou particular”. O historiador escreve, no entanto: “Mas havia por certo escolas no arraial, pois ali já residia Anacleto José Sampaio, apontado como o primeiro professor do lugar, além do ‘Manuel mestre de escola’, citado por Halfeld na sua carta há pouco transcrita”.¹⁰ Em 1847, criava-se a primeira escola primária oficial. O professor Anacleto José Sampaio foi homem de influência local durante muitos anos, participando das principais iniciativas do lugar. Homem de boa reputação, foi eleito vereador para o período de 1865/1868.

Albino Esteves escreveu que, “desde remotos tempos, Juiz de Fora possui bons institutos de ensino e se esmera na educação da mocidade”. Depois de assinalar que “o primeiro estabelecimento aqui fundado foi o Colégio Roussin, dirigido pelo Cônego Roussin”, esse historiador registra a ocorrência de cerca de vinte colégios, que existiram em Juiz de Fora, desde o do Cônego Roussin até aquela data. Não se refere à escola primária de Anacleto José Sampaio. Também o Cônego José de Souza e Silva Roussin foi vereador à Câmara Municipal juiz-forana (1872) e deputado estadual nas legislaturas de 1846, 1850 e 1856.¹¹

Todos os colégios citados por Albino Esteves eram particulares, exceto a Escola Normal, que era do governo estadual. Mais tarde, o Estado criou várias escolas primárias, não cuidando, no município, senão da referida Escola Normal. Em 1913, havia em Juiz de Fora três Grupos Escolares mantidos pelo Estado, com dezesseis professores e oitocentos

(10) *História de Juiz de Fora*, 1966, pág. 21. A carta de Halfeld é de 19-9-1846.

(11) *Álbum do Município de Juiz de Fora*, pág. 259.

alunos matriculados, e dezoito Escolas Primárias mantidas pelo município, que subvencionava mais duas. Enquanto isso, o Estado despendia cento e cinquenta contos de réis com três escolas superiores em Belo Horizonte, cinquenta e três contos e quatrocentos e sessenta mil réis com a Escola de Farmácia de Ouro Preto, cento e doze contos e seiscentos e sessenta mil réis com o Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, setenta e um contos e trezentos e sessenta mil réis com a Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e cento e sessenta contos com três institutos profissionais naquela capital. Um total de quatrocentos e quarenta e sete contos e quatrocentos e oitenta mil réis com o ensino na Capital e na ex-capital. O município entrou gradativamente na ministração do ensino primário para chegar, em 1911, com 26 escolas desse grau, com 959 alunos matriculados em todas elas. Naquele ano, havia 4.622 alunos matriculados em todas as escolas existentes no município, que tinha uma população de cerca de 85 mil habitantes, cabendo à cidade cerca de 28 mil. Em 1913, essa população era estimada em 30 mil habitantes para a cidade. Havia, então, aqui, além das 21 escolas primárias acima referidas, mais duas escolas técnicas, seis escolas normais, dez ginásios, duas escolas comerciais e duas superiores. Cabia aos ginásios preparar o estudante para o ingresso nos cursos superiores. Faltam dados estatísticos relativos ao número de alunos matriculados nos dez ginásios. O fato de serem dez nos dará uma idéia do que seria essa matrícula para um ensino ministrado em cinco anos numa cidade com 43 estabelecimentos de ensino para uma matrícula de 4.622 alunos. A média era 107,488 por estabelecimento. Se se retirarem 959 alunos das escolas primárias, teremos a média de 166,5 alunos por estabelecimento, excluídas, naturalmente, as escolas respectivas.

Juiz de Fora, nas primeiras décadas do século, já era um centro de intensa atividade política, que correspondência à intensidade de sua vida social e econômica. Quando, em 1910, Rui Barbosa se fez candidato à Presidência da República, o civilismo repercutiu de modo admirável em Minas Gerais. Em Juiz de Fora a repercussão foi enorme. Carvalho Brito assinalou a contribuição dos jornais "O Pharol" e "Correio de Minas", "este sob a responsabilidade do vigoroso polemista Estevão de Oliveira", diz ele. A cidade fornecia expressivo contingente para a campanha: Gilberto de Alencar, Luiz Penna, Constantino Paletta, Altivo Halfeld, João de Resende Tostes, Durate de Abreu e Álvaro Braga de Araújo.¹²

Aqui chegou Rui em 17 de fevereiro de 1910, tendo-o saudado na estação o "poeta e jornalista Dilermando Cruz, destacado político de Juiz de Fora, falando em nome da grande massa que acorreu à chegada do candidato. Foi-lhe oferecido à noite um grande banquete, sendo orador o

senador Feliciano Pena, que manifestou a solidariedade e o agradecimento de Minas pela visita do grande brasileiro”.¹³

Quando, em 1913, se cuidou novamente de Rui para a Presidência da República, Juiz de Fora voltou a expressar-lhe seu apoio. Já em março daquele ano, ocorreram aqui manifestações públicas em favor de sua candidatura, como noticiou o “Jornal do Commercio” de 4 daquele mês. Em julho, antes da Convenção do dia 23, estudantes locais se reuniram para preparar-lhe a propaganda, como noticiou “O Pharol” do dia 11 do mesmo mês, e escolher o representante de Juiz de Fora na campanha, como se vê de notícia deste mesmo jornal no dia 12 de julho. O Diretório Civilista foi eleito no dia 14 de julho – noticiou ainda “O Pharol” do dia seguinte. Fez-se um comício de acadêmicos no Parque Halfeld naquele dia (“O Pharol” de 15), ao qual se seguiu outro no dia 19 (“O Pharol” de 22). Lançada a candidatura, operários juiz-foranos promoveram outro comício em seu favor, como noticiou “O Pharol” de 5 de agosto de 1913. Rui renunciaria a essa segunda candidatura em dezembro.

Juiz de Fora importava na vida política de Minas. E sabia vivê-la. Por isto, era visada.

A Comarca de Juiz de Fora, em 1913, já tinha dois juizes de Direito, um municipal e dois promotores de Justiça, três juizes de Paz, dois cartórios cíveis com tabelionato, dois cartórios de órgãos e ausentes, um cartório de registro civil, um cartório de registro de escrituras e hipotecas e um cartório criminal. No foro local militavam duas dezenas de advogados, dentre os quais se distinguiam aqueles que vieram a compor o corpo da Faculdade de Direito d’O Granbery e, depois, da Faculdade de Direito de Juiz de Fora.

A cidade não só comportava, como até mesmo reclamava, a existência de escolas de nível superior, que facilitassem aos seus filhos o estudo, até então feito no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e em Ouro Preto, onde já havia escolas de Medicina, Engenharia, Direito, Farmácia e Odontologia, cuja frequência pelos filhos dos moradores de Juiz de Fora era dificultada pela distância e pelo preço que se devia pagar com a instalação dos estudantes e suas viagens. Daí terem sido fundadas, em 1904 a Escola de Farmácia e Odontologia d’O Granbery, a de Engenharia em 1913, a de Direito d’O Granbery, em 1912, a de Farmácia e Odontologia do Stella Matutina, em 1912 e, em 1908, se cogitasse de fundar uma de Medicina.

(História da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, parte 1ª, pp. 18 a 27. Juiz de Fora, 1985).

(13) Idem, pág. 36.